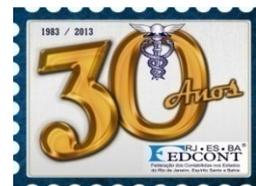




BOLETIM ANO III – Nº 136

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2013



## FORUM DE ATUALIZAÇÃO SINDICAL DA CNPL

REALIZADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ENTRE OS DIAS 15 E 16 DE AGOSTO,  
NO COPACABANA PRAIA HOTEL



*Comitê de formação da CNPL comemora a boa receptividade das lideranças sindicais da Região Sudeste que participaram do evento*

“A realização desses ciclos de fóruns de atualização sindical em todas as regiões brasileiras soam como a forma mais eficaz de a Confederação se aproximar efetivamente de suas bases e amplificar um projeto nacional de qualificação das lideranças sindicais das profissões liberais”, afirmou Carlos Alberto de Azevedo, presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, ao se dirigir aos participantes do Fórum de Atualização Sindical, voltado para a Região Sudeste e realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 16 de agosto, no Copacabana Praia Hotel.

Dirigentes sindicais de entidades representativas de profissionais liberais da região, bem como representantes de sindicatos de Federações e Sindicatos das regiões Sul e Nordeste também estiveram presentes, confirmando a ampla abrangência da iniciativa da diretoria da CNPL em investir na qualificação e atualização de suas bases.

Para Azevedo, a qualidade e a competência dos palestrantes convidados que abriram um amplo leque de novas informações para os sindicalistas presentes foi fundamental para o sucesso do evento. O presidente aproveitou a ocasião para descrever as principais ações

da Confederação no acompanhamento de projetos e políticas voltadas para os profissionais liberais.

### **Abertura**

O vice-presidente da CNPL Rogério Noé, representando o presidente Carlos Alberto de Azevedo, abriu o Fórum de Atualização Sindical, reforçando a importância de os dirigentes sindicais das entidades de profissionais liberais se reciclarem e se atualizarem por um melhor exercício da representação sindical. “Nada mais importante que possamos oferecer às nossas entidades filiadas ferramentas para que possam exercer uma representação de qualidade, baseada na eficiência e na competência”, afirmou Noé.

Para Maria Terezinha Oscar Govinatski, vice-presidente e Coordenadora do Comitê de Formação da CNPL, “a diretoria da entidade têm direcionado seus esforços no sentido de qualificar o profissional liberal em todos os níveis, seja no papel de dirigente sindical, quanto no exercício profissional calcado em bases sólidas de conhecimento”, explicou Terezinha.

### **Palestras**

A primeira palestrante do evento, Zilmara Alencar, advogada, especialista em Relações de Trabalho, assessora sindical da CNPL, abriu os trabalhos chamando a atenção para a queda de confiança vivida pelas entidades sindicais. “Segundo a percepção popular, medida por pesquisas nacionais, a desconfiança em relação às entidades sindicais só é superada pela rejeição da população em relação aos serviços prestados pelo SUS, a classe política e o Congresso Nacional”. Exemplificou Zilmara. A consultora reforçou a necessidade de as entidades sindicais retomarem suas prerrogativas legais de origem, extrapolando a mera defesa de direitos trabalhistas, buscando ampliar conquistas não só para a classe trabalhadora, como também para o conjunto da sociedade.

A palestra de Zilmara Alencar, sobre o Estado e as Normatizações para o Movimento Sindical agradou em cheio, suscitando inúmeras participações, apartes e questionamentos. Muito elogiada pelos participantes do Fórum! O segundo palestrante do dia, André Santos, jornalista, especialista em Política e Representação Parlamentar, assessor parlamentar do Diap e da CNPL, discutiu temas da maior importância, envolvendo o atual momento político brasileiro e o movimento sindical dos profissionais liberais.

“O movimento sindical é um dos grandes, senão o maior pilar da democracia, e como tal deve ser reconhecido. O que buscamos aqui é o estabelecimento de novos parâmetros de atuação das lideranças sindicais com o intuito de se regatar importância histórica e social do movimento sindical”, reforçou Santos.

Fernando Ferrari Filho, Doutor em Economia e Pós-Doutorado em Economia pela University of Tennessee (EUA) e University of Cambridge (Inglaterra), debateu com os participantes do Fórum o tema 'A Grande Recessão e o Impacto sobre a Economia Brasileira', enfocando o atual momento nacional sob um viés econômico e quais os principais desdobramentos para o futuro brasileiro.

Em sua palestra, Ferrari proporcionou um panorama da economia global e da profunda interdependência entre as nações, a despeito de suas particularidades e diferenças. Ferrari aproveitou também para contextualizar o momento econômico em relação às políticas sociais e de trabalho e da atuação do movimento sindical em função da modernização das relações econômicas e da força de trabalho.

A qualidade e competência dos palestrantes foi atestada pela participação dos dirigentes sindicais no debate com os componentes da mesa. As discussões serviram não apenas para tirar dúvidas, mas também como definir ações e trocar experiências de atuação sindical.

Ao final do Fórum, os participantes prepararam um relatório sobre o evento.

**Fonte: Assessoria de Imprensa / Comitê de Divulgação**

### NOTA DA CSB SOBRE O PL 4330



A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), nova denominação da Central Sindical de Profissionais (CSP), entidade que representa mais de 2 milhões de trabalhadores, ligados a 450 sindicatos e 26 Federações, vem por meio desta expor o seguinte:

A CSB já considerava terrível para os trabalhadores brasileiros o Projeto de Lei 4330 em tramitação no Congresso Nacional por sua tentativa de romper com os direitos trabalhistas e pulverizar a precarização das condições de trabalho.

Após a instalação da mesa de negociação quadripartite no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, as propostas apresentadas pelos representantes do governo, por setores do movimento sindical e pelos empresários resultaram num relatório que mantém a precarização e ainda tenta pavimentar o desmantelamento da estrutura sindical brasileira, aviltando os princípios da unicidade.

A CSB é contrária à proposta de excluir a Administração Direta da União, Estados e Municípios da Lei; é contra a permissão para a contratação de cooperativas de mão de obra; contra a violação de inúmeros princípios constitucionais aplicáveis ao sistema sindical brasileiro, tais como a autonomia coletiva privada e a liberdade sindical, e contra a permissão para a quarterização dos serviços;

Além disso, CSB repudia e condena a postura antidemocrática e excludente do governo federal de impedir a participação na mesa de negociação de setores importantes do movimento sindical brasileiro, sob a alegação de cumprir requisitos de representatividade que já foram desmoralizados por sua subjetividade e caráter anticonstitucional;

Cabe ressaltar que as mesmas centrais sindicais impedidas de se posicionar nas negociações do PL 4330, mesmo já tendo posições contrárias às defendidas por setores do governo federal, em outras oportunidades foram chamadas para as negociações porque

a falta de diálogo culminou com o levante de trabalhadores em obras do PAC ou nas ruas do país.

A CSB se manterá firme na defesa dos princípios constitucionais da democracia, da unicidade sindical, da liberdade de organização e do fortalecimento dos sindicatos brasileiros, sem medir esforços para mobilizar os trabalhadores com o objetivo de impedir que os direitos trabalhistas sejam aviltados para aumentar o lucro do capital ou para atender interesses de correntes ideológicas minoritárias no movimento sindical.

São Paulo, 20 de agosto de 2013.

**Antonio Neto**  
**Presidente**

## **PROJETO QUE CORRIGE DEFASAGEM DA TABELA DO IR TRAMITA NA CÂMARA**

DanielLima  
*Repórter da Agência Brasil*

Brasília – Passou a tramitar na Câmara dos Deputados o projeto de lei que corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. A proposta foi apresentada pelos deputados Vicente Cândido (PT-SP), João Campos (PSDB-GO), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) e Ricardo Berzoini (PT-SP).

No último fim de semana, a Agência Brasil antecipou que a defasagem entre a tabela do Imposto de Renda (IR) e a inflação poderá chegar a 62% até o final de ano, segundo estimativas do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, o Sindifisco Nacional, que elaborou o projeto na tentativa de conter essa distorção.

O apoio ao Projeto de Lei (PL) 6094/13 faz parte da campanha do Sindifisco Imposto Justo. Também faz parte da campanha a PEC dos Jatinhos – que sugere a cobrança de IPVA de aeronaves e embarcações de passeio e prevê que a arrecadação seja aplicada na melhoria do transporte coletivo.

Para o Sindifisco Nacional, o PL é importante pois reduz gradativamente a defasagem na tabela do IRPF ante a inflação corrigida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acumulada desde 1996. Propõe ainda a cobrança de tributos para quem recebe bônus financeiros de empresa na qual é sócio ou acionista.

Com a aprovação do PL, o sindicato espera corrigir a tabela do IR, entre 2015 e 2024, em 5% mais o rendimento médio do trabalhador, conforme a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2012. Depois de 2024, os 5% saem desse cálculo.

**Fonte: Agência Brasil – 21.08.2013**

## GOVERNO DEVE LANÇAR UM NOVO REFIS PARA EMPRESAS EM DIFICULDADES

Os detalhes do novo Refis ainda estão sendo finalizados pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda

Maria Carolina Marcello

Entre os pontos debatidos estão os prazos e as condições do refinanciamento; detalhes estão sendo finalizados pela Casa Civil e pelo ministério da Fazenda.

O governo deve lançar um novo Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para permitir que empresas com débitos tributários possam refinanciá-los em condições especiais, disseram à Reuters fontes do Executivo e do Legislativo.

A reabertura do Refis está sendo debatida com lideranças do Congresso para ser incluída em uma medida provisória já em tramitação, provavelmente a 615 que trata, entre outras coisas, de subvenção econômica a produtores de cana-de-açúcar e etanol do Nordeste.

Os detalhes do novo Refis ainda estão sendo finalizados pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda, segundo duas fontes do governo. Entre os pontos debatidos estão os prazos e as condições do refinanciamento.

Está em estudo a possibilidade de essa nova rodada de negociações incluir todas as empresas que quiserem refinar seus débitos. Mas não está descartado permitir apenas as empresas que não ingressaram no último programa, de 2009.

A reabertura do Refis já foi proposta pelo Congresso durante a gestão da presidente Dilma Rousseff no ano passado, mas o governo trabalhou para barrar a proposta.

Agora, num momento em que o crescimento econômico está abaixo do esperado e algumas empresas podem sofrer com a alta do dólar em relação ao real, o governo se mostrou disposto a negociar.

**Fonte: Brasil Econômico – 21.08.13**

## SENADO ESTENDE IDADE DO IR A 32 ANOS

A Comissão de Assuntos econômicos (GAR) do Senado aprovou ontem uma alteração nas regras do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) permitindo que o contribuinte inclua filhos ou enteados de até 28 anos como dependentes na declaração anual. Atualmente, o limite para dependentes é de 21 anos.

De acordo com o projeto, o contribuinte, que tem direito a deduzir de seus rendimentos tributáveis uma parcela fixa para cada dependente, mais as despesas com saúde e educação no calendário, poderá fazê-lo até quando o filho ou enteado completar 28 anos, desde que continue a ser declarado como seu dependente. Essas mesmas condições se aplicam à inclusão de pessoa pobre, que o contribuinte crie e eduque.

Além disso, a possibilidade de dedução persiste até os 32 anos, se o dependente estiver estudando em estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de 2º grau. Atualmente, a prorrogação do benefício vai, 110 máximo, até 24 anos,

A proposta, de autoria do ex-senador Neto de Conto (PMDB-SC), tramita no Senado desde 2010 e foi aprovada na CAE em caráter terminativo.

Dessa forma, caso não seja apresentado nenhum recurso, a matéria segue direto para a apreciação da Câmara, sem necessidade de votação no plenário do Senado. "O ingresso no mercado (de trabalho) tende a ser cada vez mais tardio. Hoje já se considera normal que isso ocorra por volta dos 25 anos de idade. Em compensação, é consenso que a idade de saída do [mercado também seja postergada. Não é por acaso que o fulcro de todas as reformas no sistema previdenciário inclui algum mecanismo de indução ao prolongamento da vida laboral", justifica o ex-senador.

Neto e bisneto - Outra mudança feita pelos senadores prevê a inclusão de irmão, neto ou bis-neto como dependentes no Imposto de Renda. Apenas nos casos em que o cidadão tiver menos de 18 anos, quando o contribuinte possui a guarda judicial.

Quando irmãos, netos e bisnetos forem maiores de idade, o contribuinte precisa demonstrar que possui a guarda dele desde a menoridade.

Podem ser considerados dependentes, ainda, as pessoas mais pobres que forem criadas e educadas pelo contribuinte. A lei atual define em 21 anos a idade-limite para ser declarado dependente no IR, mas os senadores a elevaram para 28 anos. Nesse caso, porém, não há o benefício até 32 anos em curso superior.

**FONTE: O Estado de S. Paulo - 21/08/2013**

## **DEZ PASSOS PARA EVITAR A FALENCIA DA EMPRESA**

Quem sabe gerir e evita trapalhada na conta está na trilha certa

### ***Fernanda Zandonadi***

A taxa de mortalidade dos micro e pequenos negócios no Brasil está em um patamar considerado bom. A cada 100 empresas criadas no país, 76 sobrevivem aos dois primeiros anos de vida. No Espírito Santo, 77% das firmas estudadas sobreviveram aos dois primeiros anos de vida. Mas para tentar se manter dentro dessa estatística positiva, o empresário tem que se desdobrar. Além de planejar minuciosamente a atividade e manter as taxas em dia, é fundamental ficar de olho no mercado e sempre surpreender o cliente.

Todos esses passos começam no gerenciamento. A falta de gestão é, sem dúvida, o fator que mais contribui para a mortalidade de uma nova empresa, avalia o diretor técnico da Federação das Entidades de Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo (Femicro-ES), Valdemar Fonseca.

“A gestão pode ser fatal, se malfeita. Exemplo é um microempreendedor individual (MEI), ou um microempresário, dono de um comércio. Ele pode ser bom no que faz, mas se não souber gerir o seu negócio, pode falir. É preciso capacitação”.

Além da gestão deficiente, o excesso de carga tributária também contribui para a mortandade das empresas no país. Fator que está longe do poder de negociação individual

dos pequenos empresários, a carga de impostos não apenas desestimula, mas mina o poder do capital do empresário.

“As taxas altas desestimulam a formalização e para quem legaliza a empresa, é um fator que contribui para que não progrida. Algumas empresas morrem, não conseguem se consolidar”, avalia, explicando que o controle minucioso do pagamento dos tributos é fundamental para manter o negócio com as portas abertas.

### **Persistência**

O proprietário da Distriferro Produtos Siderúrgicos, em Cobilândia, Alexandre Alves Barbosa, já tem a empresa há 20 anos. Começou pequena e hoje emprega 80 pessoas. Mas quando iniciou a empreitada, também teve problema e três empresas com as portas fechadas.

“A primeira vez foi porque houve um revés no mercado, em 1983, o cimento abaixou de preço. Eu vendia material de construção. A quebra foi consequência do mercado. Depois não tive sucesso por duas vezes, mas foi por teimosia. Uma vez foi comprando e vendendo carros e outra foi com um hortifruti. Como não eram minha praia, não tive sucesso. Em 1993 eu insisti e montei a Distriferro. Para quem vai começar, tem que ter persistência, persistência e transpiração. Só inspiração não funciona, tem que transpirar”.

### **Aliados sim**

Aquela história de que o a empresa concorrente tem que ser observada, mas nada de se aproximar pode não ser uma boa ideia. Para evitar a quebra das empresas, vale o ditado de que a união faz a força. Para o diretor do Departamento de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, Antônio Paim, o empresário, quanto mais agregado, melhor. “É muito difícil um governador ou o presidente receber um microempresário; mas ele pode receber entidades representativas”, explicou.

E essa visão de união tem gerado boas vitórias, entre elas, o Estatuto da Microempresa, Lei Geral, Simples, políticas públicas que têm reconhecido necessidades do segmentos e têm ajudado com linhas de crédito, juros menores, entre outras.

### **Veja as dicas**

- 1. Planejamento.** O planejamento é a mola mestra de um negócio de sucesso. Faça um plano de negócios, planeje custos e receita.
- 2. Capacidade.** É preciso respeitar sua capacidade financeira. Começar um negócio com as contas no vermelho e sem previsão de como irá pagar pode ser o primeiro passo para a falência.
- 3. Separe.** As finanças da sua empresa não devem, nunca, ser misturadas às suas contas pessoais. Esse é um dos pontos que mais empurram o dono a fechar a porta do negócio.
- 4. Concorrência.** Claro, é preciso ficar de olho na concorrência, no que ela oferece aos clientes e tentar fazer ainda melhor. Ela pode, no entanto, ser uma boa aliada na hora de buscar apoio governamental, por exemplo.
- 5. Estoque.** Tenha controle absoluto sobre seu estoque, quanto vendeu, quanto faturou, o que está faltando. Só assim você saberá ao certo se sua empresa está mesmo dando lucro.
- 6. Inove.** A inovação é um ponto extra para quem pretende se manter no mercado.

**7. Capacitação.** Invista também em você, na sua formação empresarial. Faça cursos, participe de congressos e feiras.

**8. Respeito.** Respeite seu cliente, seus funcionários e também a comunidade. Isso terá impacto positivo no negócio.

**9. Impostos.** Os impostos são realmente uma das grandes reclamações do empresariado, que pagam muitos tributos e nem sempre tem bons serviços em troca. Para não ter surpresas, não descuide do seu planejamento tributário.

**10. Fornecedores.** Prospecte novos fornecedores, busque novos mercados de compra. Pesquise sempre. Uma pessoa bem informada pode barganhar um preço melhor com mais facilidade.

**Fonte: Gazeta Online – 19.08.2013**

## VOCÊ JÁ SE INSCREVEU?

### A CONVENÇÃO DE CONTABILISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, JÁ ESTA CHEGANDO.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Brasileira de Contabilidade, com o apoio da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, realizarão nos dias 19 a 21 de setembro de 2013, na cidade de Armação de Búzios, Rio de Janeiro (“região dos lagos”). Segue abaixo a programação e outras informações: [www.crc.org.br](http://www.crc.org.br)



Hotel Atlântico Búzios Convention & Resort Búzios

Endereço: Estrada da Usina, nº 294, Praia da Armação

Armação dos Búzios – RJ Tel.: (22) 2620-8850.

O evento contará com traslado do Centro do Rio de Janeiro até o hotel do evento (Hotel Atlântico Búzios) nas seguintes datas e somente os inscritos e que optarem pelo traslado ao se inscrever terão esse benefício.

IDA: 19 de setembro, às 06h30 e às 12h30

RETORNO: 21 de setembro, às 17h00